

## A PETIÇÃO: UM GÊNERO INTERPESSOAL JURÍDICO

Ana Clara Vital da Silva  
Graduanda em Letras  
Faculdade Pará de Minas – FAPAM  
[anaclara4215@gmail.com](mailto:anaclara4215@gmail.com)

Táise Cândida de Andrade Silva  
Graduanda em Letras  
Faculdade de Pará de Minas – FAPAM  
[taisecandida2305@gmail.com](mailto:taisecandida2305@gmail.com)

Cristina Mara França Pinto Fonseca  
Msc e Doutoranda em Estudos Linguísticos- UFMG  
Faculdade de Pará de Minas – FAPAM  
[crismarafranca@gmail.com](mailto:crismarafranca@gmail.com)

### RESUMO

Introduzir gêneros textuais diferenciados, que representem as mais diversas atividades discursivas sociais dentro da escola é primordial na atualidade educativa. Esta proposta de ensino está voltada para os alunos do Ensino Fundamental II, do 8º e 9º anos, trazendo para convívio escolar o gênero interpessoal jurídico petição, analisando as suas características, a funcionalidade, o meio de circulação, o contexto. É necessário enfatizar que o ensino dos gêneros se transformou numa espécie de ponte para as relações discursivas na sala de aula, por isso a importância de se fazer com que os educandos compreendam as mais diferentes formas presentes na sociedade, o professor assume então, papel de mediador na construção desse conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino-aprendizagem; Gêneros; Petição; Relações Discursivas; Sociedade.

### ABSTRACT

Introducing differentiated textual genres, which represent the most diverse social discursive activities within the school, is paramount in the current educational context. This teaching proposal is aimed at the students of Elementary School II, from the 8th and 9th years, bringing to school the interpersonal legal gender petition, analyzing its characteristics, functionality, circulation, context. It is necessary to emphasize that the teaching of the genres has become a kind of bridge to the discursive relations in the classroom, therefore the importance of making the students understand the most different forms present in society, the teacher then assumes, mediator in the construction of this knowledge.

**Keywords:** Teaching-learning; Genres; Petition; Discursive relations; Society.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho ressalta a relevância do estudo dos gêneros textuais no cotidiano para o desenvolvimento de uma comunicação eficaz nas relações discursivas

sociais comunicativas e, principalmente, como prática no ambiente escolar. Dentre os vários gêneros existentes, citamos a petição, sendo esse gênero natural do ramo discursivo interpessoal jurídico, que se trata de uma carta de solicitação inicial, ou seja, é o ponto de partida para um processo judicial.

A petição, como todo gênero, possui características, funcionalidade, estruturação, meio de circulação e aplicação perante o social. A partir desses pressupostos, iremos propor sua aplicação para o processo de ensino-aprendizagem no berço da sociedade, que é a escola, mais precisamente no ensino fundamental II.

O objetivo é trazer para o âmbito escolar as características principais desse gênero e, por meio do estudo, enfatizar o conhecimento dessa área linguística pela sociedade e pelo alunado, demonstrando o quão necessário é saber a funcionalidade de todos os gêneros que norteiam a esfera social, para um bom funcionamento das relações discursivas.

A sociedade, se pararmos para observar, está em constante modificação e em consequência disso aparecem novos gêneros, que funcionam como estratégia para possibilitar a comunicação efetiva entre os indivíduos. Por meio desse estudo, enfatizaremos a necessidade de se abordar em sala diversos exemplos de gêneros, não só os convencionais, por isso, eis a motivação de analisarmos a petição e propô-la no ambiente escolar, para que haja a possibilidade de os alunos e de a sociedade se adaptarem aos novos padrões sociocomunicativos.

A prática textual, na perspectiva de gêneros como a petição, para a escola, é significativa, porque cria-se a oportunidade para que os alunos se desenvolvam como cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. E para que a cidadania se desenvolva de forma plena, os alunos devem possuir a competência de construir a petição e identificar a sua funcionalidade.

Assim, temos por intuito, para compor o processo de ensino-aprendizagem, apresentar aos discentes o gênero textual petição e ainda desenvolver neles habilidades de pessoas participantes de uma comunidade discursiva, capazes de interagir dinamicamente com qualquer forma de discurso.

De acordo com Orlandi (1994, p. 53-59), "O discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade, já que sem história não há sentido", ou seja, é o registro da história no âmbito da língua, que a torna significativa nas diversas esferas da prática social da linguagem.

Dessa forma, a nossa proposta conta com os postulados de Bakhtin (2003), Marcuschi (2008), Schneuwly e Dolz (2004), Orlandi (1994) e (2003), Rojo (2004), Cordeiro (2004), autores renomados da Linguística textual, Luz (2013) autor do "Manual do Advogado" e as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998), da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (1998) e das Matrizes e Escalas da língua, para a implementação de um dos nossos propósitos.

Nas palavras de Bakhtin (2003, p. 261), "todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem", portanto os gêneros textuais são mutáveis, ou seja, mudam de acordo com a necessidade comunicativa, e por esse motivo a cada evolução social surgem novas modalidades textuais. Segundo o autor, é necessário compreender que "o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana" (Bakhtin, 2003).

Na esfera escolar, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998) recomendam que as práticas textuais devam ser feitas embasadas nos gêneros textuais.

"A nova realidade social, conseqüente da industrialização e da urbanização crescentes, da enorme ampliação da utilização da escrita, da expansão dos meios de comunicação eletrônicos e da incorporação de contingentes cada vez maiores de alunos pela escola regular colocou novas demandas e necessidades, tornando anacrônicos os métodos e conteúdos tradicionais. (PCNS 1998, p.17)

Portanto, definimos que a comunicação é composta por discursos, classificados por gêneros textuais e faz-se fundamental a compreensão deles para o entendimento dos mais variados sentidos que podem causar. Diante do que expusemos, justificamos o nosso estudo.

## **2. GÊNERO TEXTUAL, FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

O texto é a ferramenta comunicativa mais utilizada, tanto na escola principalmente no ensino fundamental e médio, quanto na sociedade como um todo nas

relações sociocomunicativas. Passamos a refletir qual é o papel do texto na educação? O texto não é simplesmente um conjunto de palavras amontoadas, mas sim, um conjunto de palavras que possuem significações, características, meio de circulação e valor comunicativo perante o social. Na escola, torna-se um mecanismo de suma eficácia, passa a ser o principal meio, base para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem:

“O texto em sala de aula, ou o texto como objeto de ensino ou como material sobre o qual se desdobra um ensino procedimental (“processual”), em leitura e compreensão de textos e em produção de textos, afirma-se juntamente como o deslocamento dos eixos do ensino-aprendizagem da língua materna”. (ROJO, R; CORDEIRO, G. S, 2004, p. 07).

O ensino da língua materna sofre modificações com a implementação do texto como instrumento para desenvolver habilidades e auxílio na avaliação sobre a aprendizagem, “começa-se a tomar o texto como suporte para o desenvolvimento de estratégias e habilidades de leitura e redação. Tem lugar o ensino de procedimentos numa abordagem cognitiva e textual” (ROJO, R; CORDEIRO, G. S, 2004, p. 08). Dessa forma, passando de normativo para procedimental. Nesse sentido, valoriza-se não somente a gramática, a língua, mas também a produção de textos, e a leitura:

“(…) de um ensino normativo, que priorizava a análise da língua e a gramática, para um ensino procedimental, em que os usos da língua escrita, em leitura e redação, são também valorizados; preconiza-se, também, uma análise gramatical ligada a esses usos textuais; as atividades epilinguísticas”. (ROJO, R; CORDEIRO, G. S, 2004, p. 08).

Com essa mudança no ensino da língua, outras alterações começam a aparecer como a introdução dos estudos sobre gêneros, estudando a estrutura, características, entre outros, “por força das estratégias que necessita se estabelecer como procedimentos, algumas das propriedades dos textos passam a ser referenciadas no ensino, sobretudo aquelas estruturais”. (ROJO, R; CORDEIRO, G. S, 2004, p.08). Mas também ocorre, a partir desse momento, uma mudança em relação ao texto, passando-se a priorizar o seu suporte, contexto e suas significações: “Trata-se então de focar, em sala de aula, o texto em seu funcionamento e em seu contexto de produção\leitura, evidenciando as significações geradas mais do que as propriedades formais que dão suporte a funcionamentos cognitivos”. (ROJO, R; CORDEIRO, G. S, 2004, p.10).

O suporte tem função incontestável na veiculação social comunicativa dos gêneros, para Marcuschi (2008, p. 174), “ele é imprescindível para que o gênero circule

na sociedade e deve ter alguma influência na natureza do gênero suportado. Mas isso não significa que o suporte determine o gênero e sim que o gênero exige um suporte especial”. Nesse aspecto, o suporte torna-se primordial não só para a circulação em si do gênero em âmbito linguístico comunicativo, de modo que assume papel fundamental para a identificação do gênero discursivo, “o certo é que o conteúdo não muda, mas o gênero é sempre identificado na relação com o suporte”. (MARCUSCHI, 2008, p. 174). Por isso podemos avaliar o suporte como parte complementar na construção dos gêneros em geral, podendo ser físico ou virtual. Entendemos que o suporte pode ser definido como “suporte de um gênero um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”. (MARCUSCHI, 2008, p. 174).

O texto, o gênero e o suporte se completam, em outras palavras, necessitam um do outro para serem realizados de maneira que alcancem bons resultados para a sociedade, em ambiente comunicativo:

“(…) todos os textos se realizam em algum gênero e que todos os gêneros comportam uma ou mais sequências tipológicas e são produzidas em algum domínio discursivo que, por sua vez, se acha dentro de uma formação discursiva, sendo que os textos sempre se fixam em algum suporte pelo qual atinge a sociedade”. (MARCUSCHI, 2008, p. 176)

A conceituação da comunicação verbal deve muito ao que se refere à transmissão de informação por meio dos gêneros, de acordo com os postulados de Orlandi (2003, p. 21).

“(…) não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim realizado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, codificando-a”.

Podemos ressaltar que o gênero é o elo que permite a comunicação dos indivíduos, ou seja, sem eles não existiria a comunicação plena, eficaz, trazendo significação para os envolvidos na situação discursiva, portanto o gênero é um conjunto de vários recursos linguísticos:

“Pode-se, assim, compará-lo ao megainstrumento em que se constitui uma fábrica: conjunto articulado de instrumentos de produção que contribuem para a produção de objetos de certo tipo. Esse megainstrumento está inserido

num sistema complexo de megainstrumentos que contribuem para a sobrevivência da sociedade” (SCHNEUWLY & BERNARD, 2004, p. 25)

Os gêneros textuais abrangem as mais diversas áreas, em uma totalização de dois universos, o da linguagem escrita e o da linguagem oral; “O estudo da natureza do enunciado e da diversidade de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana é de enorme importância para quase todos os campos da linguística e da filologia”. (BAKHTIN, 2003, p.264).

E em razão do crescimento desses universos, os gêneros sofrem mutações e se desenvolvem, portanto, é necessária a criação e classificação de novos gêneros textuais, para que as relações sociais comunicativas realizem-se. Segundo Bakhtin (2006),

"Cabe salientar em especial a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos), nos quais devemos incluir as breves réplicas do diálogo do cotidiano (saliente-se que a diversidade das modalidades de diálogo do cotidiano é extraordinariamente grande em função de seu tema, da situação e da composição dos participantes), o relato do dia a dia, a carta (em todas suas diversas formas), o comando militar lacônico padronizado, a ordem desdobrada e detalhada, o repertório bastante variado (padronizado na maioria dos casos) dos documentos oficiais e o diversificado universo das manifestações publicísticas (no amplo sentido do termo: sociais, políticas); mas aí também devemos incluir as variadas formas das manifestações científicas e todos os gêneros literários (do provérbio ao romance de muitos volumes)." (BAKHTIN, 2006, p.262)

Os gêneros podem ser intitulados em primários ou secundários, que atendam a necessidades simples (primários), os mais atuais que aparecem para suprir a necessidade de comunicação, como por exemplo, *facebook*, *Whatsapp*, ou mais complexos (secundários), como o romance, o drama, a comédia:

“Aqui é de especial importância atentar para a diferença essencial entre os gêneros discursivos primários (simples) e secundários (complexos) – não se trata de uma diferença funcional. Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicitários, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc.”. (BAKHTIN, 2003, p.263).

Os gêneros secundários são mais complexos tanto por sua estrutura, meio de circulação, como no processo de formação, pois necessitam dos primários para sua construção, Bakhtin afirma que “no processo de sua formação, eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunidade discursiva imediata”. (BAKHTIN, 2003, p.263).

Para a compreensão do ramo linguístico de forma concreta, é preciso a habilidade de saber identificar e caracterizar enunciados concretos da atividade social que contribuam para o desenvolvimento da comunicação:

“Porque todo trabalho de investigação de um material linguístico concreto – seja de história da língua, de gramática normativa, de confecção de toda espécie de dicionários ou de estilística da língua, etc. – opera inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais) relacionados a diferentes campos da atividade humana da comunicação – anais, tratados, textos de leis, documentos de escritório e outros, diversos gêneros literários, científicos, publicísticos, cartas oficiais, e comuns, réplicas do diálogo cotidiano (em todas as suas diversas modalidades), etc. de onde os pesquisadores haurem os fatos linguísticos de que necessitam”. (BAKHTIN, 2003, p.264).

Portanto, a petição é um gênero da área jurídica, que se relaciona diretamente com a vida social do indivíduo. Como foi concretizado por Bakhtin no parágrafo anterior, é de suma relevância o conhecimento dos mais variados gêneros presentes na sociedade moderna, para que o educando possa se desenvolver como pessoa e como cidadão.

### **3. ASPECTOS TEXTUAIS DO GÊNERO PETIÇÃO**

Como a nossa proposta é o estudo da petição e de estratégias para apresentá-la no âmbito escolar, tornar-se importante delineá-la. A petição é um exemplo de gênero textual usado, principalmente pelos profissionais da área do direito, portanto entendemos que petição é a peça inicial processual que instaura o processo jurídico. De acordo com Da LUZ (2013):

"A Petição inicial é o instrumento pelo qual, por meio de advogado constituído, solicita ao juiz a prestação jurisdicional para o seu direito, propiciando o início da ação ou do processo judicial. Entretanto, para que a petição produza seus jurídicos e legais efeitos, é necessário que contenha certos requisitos, todos eles determinados pelo Código de Processo Civil, em seu art. 282." (DA LUZ, 2013, p.84 )

Dessa forma, podemos considerar a petição como um megainstrumento capaz de desenvolver diversas competências nos alunos, inclusive pela formação de sua estrutura, que deve ser redigida com a máxima atenção para os aspectos gramaticais. É função do

advogado redigir a petição, por isso, além de ser um profissional qualificado, ele tem que ter domínio da norma culta da Língua Portuguesa, para não cometer erros.

Pelas suas características bem específicas, como termos judiciais, pronomes de tratamento, entre outros, a petição poderia ser de difícil compreensão, para alunos do Ensino Fundamental II, porém se bem trabalhada e conduzida de maneira adequada pelo professor, ela pode desenvolver nos discentes, além das competências estudantis, uma visão crítica característica de um cidadão que faz parte da comunidade discursiva, de acordo com *Swales* (1990), "pessoas pertencentes deste grupo têm afinidades em diversas áreas e ainda dominam um mesmo repertório de gênero discursivo, além de outros aspectos em comum".

Toda forma de gênero textual contribui para formação escolar, trabalhar essa modalidade é fundamental para o desenvolvimento dos alunos e a petição é um gênero que abrange aspectos complementares das diretrizes curriculares. Entretanto, a quem diga que o ensino deveria interpor-se apenas àquilo que os alunos utilizariam em sua vida prática, alega ainda que por ser um tipo de gênero usado para os âmbitos judiciais, seria apenas de uso de pessoas ligadas a essa área, mas podemos comprovar o contrário quando analisamos mais a fundo suas características gramaticais e textuais, além do mais são importantes para nossa formação pessoal conhecer todas as variações textuais, a fim de desenvolvermos a consciência da interação entre escritor, texto e leitor.

Portanto, podemos observar que a petição é um exímio modelo de gênero textual, já que ela se caracteriza por ser a forma como nossa língua é empregada seja em situações orais ou escritas formais.

A petição será trabalhada de forma oral e escrita, em que os alunos deverão desenvolver a capacidade de analisar a função de cada parte do gênero e suas características. Abaixo, segue o exemplo de como deve ser direcionado o gênero em sala de aula, trata-se de uma petição relacionada a danos materiais e morais:

“Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da \_\_ Vara Cível da Comarca de especificar  
(espaço de 10 linhas)

Nome completo do menor, menor impúbere, representado por seu genitor, Nome completo do pai, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado na endereço completo, por seu advogado que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a

presente AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, com fulcro nos artigos 5º, inciso X, da CF; 186 e 927, ambos do CC; e, por fim, 6 e 12, ambos do CDC, em face de Razão Social, inscrita CNPJ nº e IE nº, com sede endereço completo, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:”

É notável a presença da descrição dos participantes do processo nesse período, também é descrito o nome do juiz, da comarca (cidade), o nome completo do menor lesado, do responsável legal (pai), nacionalidade, estado civil, profissão, endereço completo, Razão Social, e novamente endereço completo da sede. Outro ponto específico da descrição é a intitulação da causa do processo, que fica bem evidente em letras maiúsculas.

A partir de agora entra a narração dos fatos, explicando os acontecimentos que antecederam, ou seja, que ocasionaram a ação, contendo o local, dia, mês e ano do ocorrido, além da sequência descritiva sobre o produto causador da ação.

#### “Dos Fatos

1 - Aos dia de mês de ano, o pai do Autor adquiriu para presentear-lo o brinquedo especificar doc. nº, fabricado pela Ré doc. nº. Tal brinquedo continha seis formas plásticas e quatro rolos de massa de modelar e, em sua embalagem, trazia a seguinte informação: "Destinação: crianças entre 2 a 6 anos - produto não tóxico".

2 - Ocorre que o brinquedo foi entregue ao Requerente e este, ao manuseá-lo, acabou ingerindo um pedaço da massa de modelar, sofrendo, em seguida, grave disfunção intestinal.

3 - Ato contínuo, o Requerente foi internado no Hospital especificar, doc. nº, e lá permaneceu por nº dias, passando por forte tratamento de desintoxicação para completa eliminação do produto.

4 - O laudo médico apresentou como causa da disfunção intestinal a ingestão de produto tóxico, constante dos materiais utilizados na fabricação da massa de modelar, conforme doc. nº. Segundo o médico que o atendeu, Dr. Nome completo, a intoxicação gerada pelo consumo do produto só não acarretou maiores danos devido a brevidade do atendimento efetuado.

5 - O Autor, após esta experiência traumatizante, está em tratamento psicológico, pois se recusa a participar de atividades escolares que englobem brincadeiras com massas de modelar, bem como se tornou extremamente desconfiado ante a qualquer produto do tipo.

6 - Ressalta-se que os danos patrimoniais sofridos pelo Autor foram: especificar."

A narração também apresenta as consequências sofridas pelo menor, nome do hospital, documento de registro do paciente na entidade, o número (tempo) de dias que

permaneceu internado. O laudo médico com o número do documento, com o diagnóstico dos efeitos colaterais causados pela ingestão do produto tóxico, seguido do nome completo do médico que atendeu o paciente.

Logo em seguida aparece a parte que trata da argumentação, demonstrando dentro do direito, da lei (artigos), os quais se tem direito em caso de lesão material e moral por ingestão de produto tóxico.

“Do Direito

O estremecimento pelo qual passou a família do Peticionário e o trauma enfrentado pelo Requerente são incalculáveis, mas fundamentam indenização merecida.

O art. 5º, inciso X, da CF, expressamente, determina que: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

Dispõe o art. 186, do CC: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

Determina, ainda, o art. 927 do CC: "Aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".

Logo, conclui-se que aquele que por ato ilícito causar dano a outrem tem a obrigação de indenizá-lo.

O Código de Defesa do Consumidor é incisivo ao responsabilizar objetivamente o fabricante nesses casos, como se conclui da análise do artigo 12 do texto legal, que aponta como produto defeituoso aquele que não oferece a segurança no uso que razoavelmente dele se espera”.

Aponta também a opinião de um psicólogo, com o nome completo, que deixa claro que qualquer criança levaria a massa de modelar à boca e, por sua vez, ingerindo-a. Cabe ao fornecedor arcar com a segurança do produto perante os consumidores. Cita-se o valor (expresso) reivindicado pelo requerente, e é citada também a doutrina e jurisprudência jurídica.

“Por sua vez, o inciso VI, do artigo 6º, do CDC, prevê que são direitos básicos do consumidor "a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos".

Na hipótese em tela, como corrobora a opinião do Dr. Nome completo do psicólogo, é de se esperar como uso normal no caso de massas de modelar que qualquer criança na idade do Requerente a levaria à boca, ingerindo, possivelmente, o produto.

Em resumo, a ingestão do material tóxico constante do brinquedo colocou em risco a saúde e a vida do Requerente e deu causa ao fato.

Portanto, resta categórico o dever da Ré em indenizar os danos materiais e morais suportados pelo Requerente e por sua família, no valor de R\$ valor (valor expresso), motivo pelo qual propõe a presente ação.

Nesse sentido, citar doutrina e jurisprudência.”.

O pedido aparece durante a argumentação, enfocando os direitos da Ré de contestar e as consequências do processo, resultando no pagamento da indenização, com o valor (expresso) estipulado pelos danos sofridos pelo requerente e a divisão do valor (expresso) dos danos materiais e dos danos morais. É alegado que todas as provas e argumentos citados podem ser provados em todos os âmbitos do direito admitidos.

Vale ressaltar que a argumentação é composta não só pela parte apresentada anteriormente, mas também pela descrição, narração e injunção. Pois todas as partes apresentam argumentos que comprovam o acontecimento dos fatos e o início da ação processual com o objetivo de arrecadar indenização por danos materiais e morais.

“Do Pedido

Ante o exposto, requer de Vossa Excelência:

- a) a citação da Ré para que, se quiser, conteste a presente demanda, sob pena de revelia e de confissão quanto à matéria de fato;
- b) a procedência do presente pedido, condenando-se a Ré ao pagamento de verba indenizatória estipulada em um total de R\$ valor (valor expresso), sendo o valor de R\$valor (valor expresso) em decorrência dos danos morais sofridos e o valor de R\$ valor(valor expresso) pelos danos materiais ocorridos, segundo demonstra o cálculo anexo;
- c) a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do CDC;
- d) a condenação da Ré ao pagamento das custas processuais e os honorários advocatícios.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em Direito admitidos.”

E, por fim, vem a injunção que é notada com bastante ênfase, ficando evidente a ordem judicial, a qual ordena a ré a comparecer no local, dia, mês e ano, marcados para a sentença. O valor da indenização a ser reivindicada e por fim, o nome do advogado representante, a assinatura e o número de registro na OAB.

“Dá-se a presente ação o valor de R\$ valor (valor expresso).

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Local, dia de mês de ano.

Assinatura do Advogado

Nome do Advogado

OAB/UF nº número da inscrição na OAB”

Analisando todas as partes que compõem a petição, percebemos que sua estrutura é baseada fundamentalmente nas sequências textuais: narração, descrição, argumentação e injunção. Além de conter também pronomes de tratamentos usados para o trato de autoridades judiciárias, como Vossa Excelência, Meritíssimo, Senhor, dentre

outros, (atentando para o uso desses no vocativo: Excelentíssimo, Meritíssimo Senhor) e ainda o uso de outros elementos que remetem à coesão textual, conhecidos como elementos conectivos, normalmente conjunções e advérbios, essenciais para redigir um bom texto. Portanto podemos considerar, essa modalidade textual como excelente ferramenta pedagógica capaz de desempenhar as competências da língua portuguesa e os aspectos sociocomunicativos.

Quanto aos aspectos jurídicos, cabe ao aluno pesquisar com os profissionais do ramo judicial, as leis, artigos que serão arrolados na sequência argumentativa, uma vez que os alunos ainda não terão arcabouço para a sua fundamentação jurídica.

#### **4. PROPOSTA DE USO DO GÊNERO TEXTUAL PETIÇÃO EM SALA DE AULA**

Um dos nossos objetivos é propor atividades para o ensino do gênero textual petição. Assim, nossa proposta é trazer o gênero petição para o ensino fundamental II, mais precisamente 8º e 9º anos desse ciclo, pois são alunos que já possuem um conhecimento base, primordial sobre gêneros textuais, suportes, meio de circulação. Sendo a petição do ramo jurídico, requer uma noção sobre norma culta padrão, pronomes de tratamento, conjunções, advérbios e outros. Por isso, a escolha dos anos finais.

Nessa fase, é desenvolvida com maior intensidade a visão cidadã do indivíduo dentro da sociedade. Na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (1998, p. 227), fica claro as afirmativas desse desenvolvimento que, “nos anos finais do Ensino Fundamental, o/a adolescente participa com maior critério das situações comunicativas diversificadas, interagindo com um número de interlocutores cada vez mais amplo, inclusive no contexto escolar”. Uma das causas disso é o aumento na quantidade dos professores, possibilitando uma maior relação com diversos tipos de interlocutores.

Na área da Língua Portuguesa, o BNCC (1998, p. 227) evidencia que, por meio do contato com um número maior de pessoas, amplia-se o acesso com os diversos gêneros discursivos existentes no campo social, tendo os professores um papel fundamental, porque é por meio de práticas linguísticas e também das já experienciadas em todas as esferas sociais, que é possível abrir novos caminhos sobre o não conhecido.

Por isso, a necessidade de trazer diferentes gêneros como a petição é tão importante, pois “Aprofunda-se, nessa etapa, o tratamento dos gêneros que circulam na esfera pública, no campo das práticas político-cidadãs”. (BNCC, 1998, p. 228).

Para inserir a petição como ferramenta pedagógica, para o desenvolvimento do gênero textual, serão utilizados como principal referência, os descritores das matrizes de língua portuguesa do ensino fundamental II.

De acordo com o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), podemos definir que:

"Os conteúdos associados a competências e habilidades desejáveis para cada série e para cada disciplina foram subdivididos em partes menores, cada uma especificando o que os itens das provas devem medir – estas unidades são denominadas "descritores". Esses, por sua vez, traduzem uma associação entre os conteúdos curriculares e as operações mentais desenvolvidas pelos alunos. Os descritores, portanto, especificam o que cada habilidade implica e são utilizados como base para a construção dos itens de diferentes disciplinas."

Portanto, através do gênero textual petição, podemos desenvolver as seguintes matrizes da Língua Portuguesa:

### **Tópico I. Procedimento e Leitura**

D1 - Localizar informações explícitas em um texto.

D3 - Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.

D4 - Inferir uma informação implícita em um texto.

D6 - Identificar o tema de um texto

D14 - Distinguir o fato de uma opinião relativa a esse texto.

### **Tópico II. Implicações do Suporte, do Gênero e/ou do Enunciador na Compreensão do Texto**

D12 - Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.

Tópico III. Relação entre Texto

D21 - Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou mesmo tema.

#### **Tópico IV. Coerência e Coesão no Processamento do Texto**

D2 - Estabelecer relação entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto.

D7 - Identificar a tese de um texto.

D8 - Estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la.

D9 - Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto

D10 - Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa.

D15 - Estabelecer relação lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios e etc.

#### **Tópico V. Relação entre Recursos Expressivos e Efeitos de Sentido**

D17 - Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações.

D18 - Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão.

D19 - Reconhecer o efeito de sentido decorrente da exploração de recursos ortográficos e/ou morfossintáticos.

#### **Tópico VI. Variação Linguística**

D13 - Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.

Como metodologia foi criado um Miniprojeto, passemos agora a suas etapas:

1) **TÍTULO:** "Gênero Textual: Explorando a Petição."

2) **DURAÇÃO DO MINIPROJETO:** 12 horas

**3) JUSTIFICATIVA:** O miniprojeto será desenvolvido em sala de aula com o intuito de ensinar aos alunos a modalidade do gênero textual petição e suas características.

**4) OBJETIVOS GERAIS:** desenvolver o gênero textual petição, conhecer a estrutura composicional do gênero, compreender e posicionar-se diante das informações mencionadas na petição.

**5) CULMINÂNCIA:** O ponto mais elevado do miniprojeto "Gênero Textual: Explorando a Petição", será a produção de uma petição e de uma pequena peça teatral que ensaie uma audiência judicial.

**6) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:** O miniprojeto foi dividido em etapas:

**1º ETAPA:** Definir o gênero textual.

**2º ETAPA:** Introduzir em específico o gênero petição, definindo, caracterizando e exemplificando.

**3º ETAPA:** Dividir a sala em grupos, com o objetivo de fazer uma pesquisa bem detalhada sobre o gênero petição, os termos jurídicos, as conjunções, os advérbios e os pronomes de tratamento contidos no texto.

Esta atividade deverá ser entregue impressa e será parte importante para a próxima etapa do miniprojeto.

**4º ETAPA:** Redigir uma petição, com atenção para todas as características. O grupo deve escolher entre eles o motivo do processo, o advogado, a vítima e o réu para descrevê-los na petição simulando um processo judicial.

**5º ETAPA:** A sala deverá ser organizada como em uma audiência, a professora será o juiz e os participantes escolhidos como advogado, vítima e réu apresentarão a petição que eles produziram, porém o juiz não julgará a causa e sim o desenvolvimento do gênero atentando para todos os aspectos que devem ser obedecidos.

**7) AVALIACÃO:** A avaliação será feita de forma qualitativa e quantitativa, de acordo com o interesse dos alunos com a atividade, participação, interesse, socialização entre

professor e alunos, desempenho sob a ótica dos descritores, desenvolvimento das características do Gênero Textual Petição.

Dentre os vários motivos que podem desencadear uma petição entendemos que, requerimento de pensão alimentícia, medidas cautelares, medidas protetivas em razão de violência doméstica e emancipação supostamente causam mais interesse por parte dos alunos a quem o miniprojeto se destina. Segue abaixo um exemplo, que pode ser desenvolvido com excelência em sala de aula:

"Esposa pleiteia o afastamento temporário do requerido do lar conjugal, até final da decisão da Ação de Separação.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da \_\_\_ Vara de Família e Sucessões da Comarca de especificar

(Espaço de 10 linhas)

Processo n.º

(Espaço de 05 linhas)

Nome completo da requerente, nacionalidade, estado civil, profissão, residente edomiciliada em Endereço completo, por seu advogado infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, nos autos da Ação de Separação, que move em face de Nome completo do requerido, nacionalidade, estadocivil, profissão, RG nº Número do RG, CPF nº Número do CPF, com fulcro no art. 301 do Código de Processo Civil, requerer a concessão de TUTELA DE URGÊNCIA PARA DETERMINAR O AFASTAMENTO DE SEU CÔNJUGE DO LAR CONJUGAL, até final solução do litígio, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

#### **DOS FATOS**

1 - Colhe-se da documentação em anexo que o Requerido está sob o vício da embriaguez e, em vista dessa circunstância, tem demonstrado total irresponsabilidade, fazendo constantes ameaças à Requerente e a seus filhos descrever as ameaças, provocando, principalmente nas crianças, horror e medo.

2 - Tal conduta do Requerido, muitas vezes agressiva, tornou-se insuportável, colocando em perigo a vida e a segurança física da Requerente e dos menores em questão.

#### **DO DIREITO**

De acordo com o art. 301 do Código de Processo Civil: "A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguuração do direito."

Dessa forma, pleiteia a Requerente o afastamento temporário do Requerido do lar conjugal, até final decisão da Ação de Divórcio.

Nesse sentido, citar doutrina e jurisprudência.

#### **DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer digne-se Vossa Excelência em determinar:

- autorização liminar para afastar o Requerido do lar conjugal;
- a intimação do Requerido, para que tome conhecimento acerca dos termos desse pedido;
- a concessão definitiva do afastamento da Requerido do lar conjugal;
- a intimação do ilustre representante do Ministério Público;
- a condenação dos Requerido no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Dá-se à causa o valor de valor em reais.

Termos em que,  
Pede Deferimento.

Local, Dia de Mês de Ano.

Assinatura do Advogado

Número de Inscrição na OAB"

Dessa maneira, é possível estudar o gênero petição juntamente com os alunos, conseguindo trazer para dentro da escola diversas relações discursivas que permeiam a sociedade, como as de natureza jurídica.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em vista dos argumentos apresentados, concluímos que os gêneros textuais são muito importantes, pois apresentam uma função social dentro da comunicação, funcionam como base para os discursos, sejam orais ou escritos, tornando primordial a compreensão de cada modalidade e para que isso aconteça, entendemos que é necessário inserir as suas várias formas de uso e suas informações em âmbito escolar.

Por isso tudo, somos levados a acreditar que é imprescindível que não só os docentes de língua portuguesa, mas também a escola em geral (inclusive professores de outras matérias) mudem a forma de pensar e se relacionar com os mais diferenciados gêneros que permeiam a sociedade, já que esses sofrem mutações de acordo com a evolução ocorrida.

A petição é um gênero usado pelo profissional de direito para iniciar um processo jurídico, por esse motivo, assim como acontece com outros exemplos de gêneros textuais, incluí-lo em atividades escolares para alguns professores é algo desnecessário, porém, pela observação dos aspectos analisados, entendemos que

trabalhar essas modalidades é essencial para formação de cidadãos conscientes dos acontecimentos que norteiam a sociedade.

Dado o exposto, criamos um miniprojeto com o intuito de sugerir a introdução do gênero petição aos professores e para alunos do ensino fundamental II, desenvolvendo os aspectos fundamentais e proporcionando ainda aos alunos uma visão crítica frente a fatores por eles antes desconhecidos.

O processo de ensino-aprendizagem do projeto acontecerá em cinco etapas, nas primeiras, o professor exercerá a função de mediador do conhecimento, nas próximas etapas, os alunos ficarão encarregados de, por meio de pesquisas buscar ilustrações e instruções através de mecanismos exteriores, a última etapa do projeto de forma lúdica, inserir o âmbito em que a petição é validada.

Em virtude de tudo que foi mencionado no presente artigo, é essencial que todos se conscientizem da importância dos Gêneros Textuais, tanto para fins educacionais, tanto para fins sociais, adaptando-se aos novos gêneros que surgem com as demandas comunicativas e das práticas sociais.

## 6. REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. São Paulo: Martins Fontes. 4º ed. 2003.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental\Língua Portuguesa**. Brasília: MEC\SEF, 1998.

DN - **Direito Net**. Disponível em <http://www.direitonet.com.br/peticoes/exibir/643/Afastamento-temporario-do-conjuge-do-lar-Novo-CPC-Lei-n-13105-15>>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

DN - **Direito Net**. Disponível em <http://www.direitonet.com.br/peticoes/exibir/229/Indenizacao-por-danos-materiais-e-morais-ingestao-de-produto-toxico>. Acesso em 17 de maio de 2017.

INEP – MEC. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>. Acesso em: 16 de maio de 2017.

LUZ, Valdemar. P. da. **Manual do Advogado**. Barueri, SP: Manole. 25. ed. 2013.

MARCUSCHI, Luiz. Antônio. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Brasília: INEP, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes. 5º ed. 2003.

ROJO, Roxane; CORDEIRO, Gláís. Sales. **Gêneros Orais e Escritos na Escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

ROCHA, Jorge Luís. **O Discurso no Virtual: conceito de comunidades discursivas relacionado às comunidades e redes virtuais**. Disponível em [http://www.academia.edu/12837135/O\\_Discurso\\_no\\_Virtual\\_conceito\\_de\\_comunidades\\_discursivas\\_relacionado\\_%C3%A0s\\_comunidades\\_e\\_redes\\_virtuais](http://www.academia.edu/12837135/O_Discurso_no_Virtual_conceito_de_comunidades_discursivas_relacionado_%C3%A0s_comunidades_e_redes_virtuais) Acesso em: 16 de maio de 2017.